

UPDATE



Digital Business Community

#66

FEVEREIRO 2021



POINT OF PREVIEW:

**MARIA MANUEL
LEITÃO MARQUES**

Acelerar para fazer melhor

A UE a 27 tem que avançar rapidamente com os seus planos de recuperação. A pandemia veio mostrar que pessoas e empresas têm que estar no mundo digital e há que saber preparar o futuro desde já. Reforçando as competências, sabendo tirar partido de todas as tecnologias e fazendo melhor que os outros.

OS VÁRIOS DOSSIERS da Agenda Digital Europeia, com destaque para a conectividade e o 5G, assim como os dados e a inteligência artificial, foram temas de análise do primeiro encontro ‘Point of Preview’. A Eurodeputada Maria Manuel Leitão Marques foi a oradora convidada desta conversa virtual, reservada aos presidentes dos Patrocinadores Anuais da APDC e aos membros da Direção. Entre as grandes prioridades atuais que destacou está o investimento na tecnologia, investigação, ciência e nas infraestruturas de conectividade, que, como deixou bem claro, “se não existirem tudo o resto não funcionará”.

Maria Manuel Leitão Marques começou por salientar a importância da transição digital, que apesar de ter sido claramente acelerada pela pandemia, era já uma preocupação do Parlamento, Conselho e Comissão Europeia, no âmbito da chamada twin transition, climática e digital. O que é visível pelos múltiplos dossiers que o PE tem vindo a receber, continuando a Comissão a enviar ainda mais.

Um tema que está a ser muito discutido no seio do Parlamento Europeu (PE) é o dos dados. Não só dados pessoais, mas os que são gerados

por todos os dispositivos e em todas as atividades, tendo como meta criar um espaço de dados europeu. Como explicou a oradora, não se trata de um espaço de dados em geral, mas destinado a ajudar as áreas consideradas mais críticas, como a saúde, energia, mobilidade, agricultura e ambiente. Trata-se de “um grande projeto, que exige federação de espaços de dados nacionais, interoperabilidade, standards e cloud. E esse é um grande desafio”, considerou.

Para já, já foi entregue no Parlamento o diploma de Data Governance, aguardando-se agora que a Comissão proceda à apresentação do Data Act. Depois, haverá que “discutir como é que organizamos isto tudo, para a partilha e a utilização dos dados”. É que há que saber usá-los para “melhorar a competitividade das indústrias e dos serviços públicos, tornando-os mais personalizados”. No fundo, como defende a oradora, saber “prevenir em vez de remediar, antecipando problemas em todas as áreas”.

Mas, para que tudo aconteça, há um grande desafio a ultrapassar: “é preciso garantir educação e cultura científica e tecnológica”, sob pena de “tudo andar para trás”. Para que os cidadãos europeus não tenham medo dos algoritmos,

apdc CICLO DE CONVERSAS DIGITAIS

POINT OF PREVIEW

Agenda Digital
Europeia
com:

MARIA MANUEL
LEITÃO MARQUES
EURODEPUTADA

24 de fevereiro



Evento exclusivo para patrocinadores APDC

Para garantir o êxito da transição digital na Europa, há que garantir educação e cultura científica e tecnológica. Sob pena de “tudo andar para trás”, alerta a atual deputada do Parlamento Europeu. Trata-se de saber criar “confiança na tecnologia”

terão de saber perceber como são construídos, que dados usam, que não são enviesados e que são representativos. No fundo, saber criar “confiança na tecnologia”, tendo em conta o “progresso e transformação tecnológica, que é muito disruptiva”.

Na visão de Maria Manuel Leitão Marques, tem de haver cultura científica pelo menos para os cidadãos com mais literacia, porque “a educação digital é evolutiva, dinâmica e precisa de ter mais pessoas dentro, para que mais possam usar produtivamente os dados e para que menos desconfiem. É um dos desafios que enfrentamos”. Foram ainda referidos, ao nível da regulação europeia, os dois relevantes documentos do

Digital Services Act e do Digital Market Act, apresentados em dezembro pela CE. O primeiro destina-se a endereçar temas como a publicidade dirigida ou a moderação de conteúdos, o segundo está mais virado para as plataformas digitais e a forma como se pode promover mais concorrência, controlar os efeitos de rede e de fecho de mercado e como se poderá moderar ex-ante o excesso de poder económico das grandes plataformas digitais mundiais.

Os dois documentos já estão em discussão no Parlamento, que vai agora negociar com a Comissão e o Conselho as suas versões finais. E o processo antecipa-se moroso. Como destaca a oradora, “o sistema de produzir legislação na UE

“A velocidade da decisão em Bruxelas é uma das minhas preocupações, face à aceleração da transformação digital. Temos de avançar com a legislação que temos em cada momento. Mas como tudo é muito dinâmico e evoluiu rapidamente, temos de ser mais rápidos a legislar”

“A Europa sempre marcou a agenda no digital, como no RGPD, que inspirou outros países a adotar legislações similares e tem a ambição de marcar a agenda na regulamentação do digital”

“É muito importante utilizar os fundos para estimular a experimentação, testar as ideias entre empresas e comunidade científica e envolvendo as que têm mais e menos conhecimento. É assim que se inova, testando ideias que podem ser oportunidades de negócio ou que melhoram negócios existentes”

“Portugal poderá ser um país relevante ao nível europeu. Não indo atrás dos outros, mas fazendo melhor do que os outros. Temos que elevar a fasquia!”



é muito demorado. O problema é que quando chegarmos ao diploma final nesta área, onde se anda muito depressa, ele poderá estar desatualizado. É por isso que os diplomas têm áreas com flexibilidade, para permitir a sua adaptação, porque tudo é muito dinâmico e evoluir muito rapidamente”.

PRR E CONETIVIDADE TOTAL

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), em consulta pública até 1 de março, foi abordado já na fase de Q&A deste evento, nomeadamente no que se refere às opções tomadas em termos de estratégia nacional para o 5G. É que o documento não aborda o desafio de se avançar com a cobertura total do território nacional com infraestruturas de comunicações, nomeadamente as zonas rurais, onde subsistem problemas de acesso, numa altura em que o digital se assume como absolutamente essencial para todas as regiões. Aliás, e no que se refere ao 5G, considera mesmo que essa será uma responsabilidade dos operadores privados, não sendo reservadas quaisquer verbas para uma tecnologia móvel que será essencial para o futuro do país.

A oradora admite que do que já viu do PRR, “não me pareceu que estivesse com o relevo necessário para o desafio que eu discuto em Bruxelas, que passa para cobertura do território, que não está ainda coberta. Como as zonas rurais, que têm que ter boa conectividade. Senão projetos que estão em marcha, como por exemplo o espaço de dados para a agricultura, não vão funcionar. Vimos durante a crise que precisamos de conectividade para tudo – da educação ao contacto das famílias, ao acesso aos serviços

públicos e privados e ao teletrabalho – e por isso é preciso garantir a cobertura do território”.

E, como destacou, “não se trata apenas de recuperar o que foi esta crise e os estragos feitos, como se recupera um território depois de um incêndio ou de uma inundação. Trata-se de tornar o território da Europa mais resistente e resiliente a choques futuros, aprendendo com o que aconteceu. Por isso se fala de autonomia estratégica, de reindustrialização e de capacidade de produção interna em áreas críticas”. E se preparar o futuro implica uma outra conectividade, no caso português, há que garantir “um papel no desafio da autonomia estratégica, para que ela não se faça só pelos campeões europeus”.

A Eurodeputada considera que tanto Portugal como a Europa como um todo necessitam de ser “mais autónomos, de forma descentralizada, trabalhando com as periferias e distribuindo o emprego e indústria de qualidade por todo o território europeu. Mas, para isso, é necessário ter conectividade e, dentro dela garantir o 5G, acelerando o investimento, para tornar os territórios mais competitivos e sermos mais autónomos de forma descentralizada”.

Por isso, na sua ótica, “é a hora dos players das TIC participarem na consulta pública e dizer o que pensam. Porque ajudam Portugal e o Governo a alinhar o plano nacional com Bruxelas. Se estivermos alinhados, é mais fácil concorrer aos fundos europeus, como o Horizonte Europa, pois o que estamos a fazer em matéria de inovação nas nossas empresas é aquilo que são as prioridades da Europa. Depois, se precisarmos de ser competitivos globalmente, temos de tratar da conectividade com o resto do mundo”

Um ponto que Maria Manuel Leitão Marques considera fulcral que esteja prevista no PRR nacional, além das competências e da investigação, é a necessidade de multiplicação de parcerias entre empresas e a comunidade científica. Trata-se de um problema nacional e europeu que se arrasta há muito e, por isso, diz mesmo que parte do dinheiro do Plano que está reservado para a inovação digital nas empresas portuguesas deveria ser alocado obrigatoriamente a estas parcerias. Só assim se poderá “desafiar a comunidade científica a inovar com as empresas naquilo que elas precisam para as suas áreas de negócio”.

A Eurodeputada diz ser “muito importante utilizar os fundos europeus para estimular a experimentação, testar as ideias entre empresas e comunidade científica. Envolvendo as que têm mais conhecimento e as que têm menos. É assim que se inova”.

Por isso, defende que não se pode “ir atrás dos outros, mas fazer melhor do que os outros”. Só assim e garantirão “empresas inovadoras e uma comunidade científica mais sensível aos problemas do nosso tecido industrial. Era win-win. E no final, tínhamos um país como mais capacidade de disputar um lugar de topo na economia europeia. Este é um desafio para todos os empresários”.

Um dos temas que mais se discute no PE é o da inteligência artificial. De tal forma que foi mesmo criado um comité especial para a IA, que envolve responsáveis de múltiplas áreas, porque esta é uma área onde é fundamental haver confiança e transparência. “Alguma precaução é boa e não é inimiga da inovação, até é amiga. Mas é muito importante para quem

gosta de tecnologia, tem uma cabeça inovador e quer que as empresas sejam mais inovadoras, que no final do dia os cidadãos confiem. É este equilíbrio que temos de fazer e no PE vejo coisas muito conservadoras e medrosas e também vejo o contrário. Temos de encontrar uma regulação equilibrada, para que se continue a evoluir no bom sentido”, considera Maria Manuel Leitão Marques.

A enorme burocracia e a complexidade da legislação na Administração Pública, apesar de Portugal ser um dos líderes em termos de digitalização do Estado, foi outro dos temas abordados. Mas a oradora, tendo em conta a sua experiência agora em Bruxelas, considera que o nosso país tem mesmo soluções em várias áreas públicas que nos colocam entre os melhores nos serviços públicos. No entanto, subsistem outras atividades em que continuamos muito atrás.

A solução, para a Eurodeputada, passa por vencer esses constrangimentos um a um. Garantindo que os serviços falem uns com os outros, que exista interoperabilidade, dados com mais qualidade e mais competências dentro da AP. “Vi no PRR milhões para as competências. Mas onde haverá capacidade para gerir estes milhões e saber onde investir? É o que me assusta. Se não for assim, nada acontece. Não temos muitas pessoas com as competências que precisávamos na AP nem é possível fazer uma reforma estrutural. Na AP muda-se mudando-se. Não se pode parar. Tem que ser um processo contínuo, já que quando o interrompemos volta para trás, se não estiver bem amarrado”. E tudo passa pela digitalização, segundo o princípio de “incomodar o menos possível o cidadão”.•

Patrocinador Institucional



Patrocinadores Silver



Patrocinadores Bronze

AXIANS CISCO DELOITTE DXC TECHNOLOGY
GOOGLE HP HPE IBM INETUM MICROSOFT
MINSAIT SAP SAS

Parceiros

NOSSA VdA VIATECLA